

MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA - PRESIDENTE

CORONEL CHAGAS
1ª VICE-PRESIDENTE

NALDO DA LOTERIA
1º SECRETÁRIO

DHIEGO COELHO
3º SECRETÁRIO

JÂNIO XINGÚ
2º VICE-PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
2º SECRETÁRIO

IZAIAS MAIA
4º SECRETÁRIO

GEORGE DA SILVA DE MELO
3º VICE-PRESIDENTE

MASAMY EDA
CORREGEDOR GERAL

DEMAIS DEPUTADOS ESTADUAIS

ÂNGELA ÁGUIDA PORTELLA ALVES NOME PARLAMENTAR: ÂNGELA ÁGUIDA PORTELLA	PSC	FRANCISCO DOS SANTOS SAMPAIO NOME PARLAMENTAR: SOLDADO SAMPAIO	PC do B
ANTONIO EDUARDO FILHO NOME PARLAMENTAR: ODILON	PEN	FRANCISCO JOSÉ BRITO BEZERRA NOME PARLAMENTAR: BRITO BEZERRA	PP
ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS NOME PARLAMENTAR: MECIAS DE JESUS	PRB	GABRIEL FIGUEIRA PESSOA PICANÇO NOME PARLAMENTAR: GABRIEL PICANÇO	PRB
DHIEGO COELHO FOGAÇA NOME PARLAMENTAR: DHIEGO COELHO	PSL	JORGE EVERTON BARRETO GUIMARÃES NOME PARLAMENTAR: JORGE EVERTON	PMDB
EVANGELISTA SOARES SIQUEIRA NOME PARLAMENTAR: EVANGELISTA SIQUEIRA	PT	JOSÉ RIBAMAR DE ARAÚJO BARBOSA NOME PARLAMENTAR: ZÉ GALETO	PRP
FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA NOME PARLAMENTAR: AURELINA MEDEIROS	PSDB	LENIR RODRIGUES SANTOS NOME PARLAMENTAR: LENIR RODRIGUES	PPS
FRANCISCO ADJAFRE DE SOUSA NETO NOME PARLAMENTAR: CHICO MOZART	PRP	OLENO INÁCIO DE MATOS NOME PARLAMENTAR: OLENO MATOS	PDT
FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO NOME PARLAMENTAR: CHICO GUERRA	PROS	VALDENIR FERREIRA DA SILVA NOME PARLAMENTAR: VALDENIR FERREIRA	PV

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
Gerente de Documentação Geral

DAVID EUGENE REGO
Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

Atos Legislativos

Resolução da Mesa Diretora nº 001/2015 02

Atas Plenárias

Ata da 2362ª Sessão Ordinária - Íntegra 02

ATOS LEGISLATIVOS**RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA****Resolução nº 001/2015****Cria a Comissão de Representação e dá outras providências.**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 46 c/c art. 23, VI, “j” do Regimento Interno, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica criada a Comissão de Representação da Assembleia Legislativa para o período de 02 de janeiro a 18 de fevereiro de 2015, composta pelos seguintes Parlamentares:

- Jalsler Renier - Presidente;
- Ângela Águia Portella;
- Chico Mozart;
- Coronel Chagas;
- George Melo;
- Jânio Xingú;
- Marcelo Cabral;
- Masamy Eda; e
- Naldo da Loteria.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 02 de janeiro de 2015.

Dep. **JALSER RENIER**

Presidente

Dep. **NALDO DA LOTERIA**

1º Secretário

Dep. **Marcelo Cabral**

2º Secretário

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

ATA DA 2362ª SESSÃO, EM 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

48º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.

(Em exercício)

Às nove horas do dia onze de dezembro de dois mil e quatorze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se início a segunda milésima trecentésima sexagésima segunda Sessão Ordinária do quadragésimo oitavo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) - Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalsler Renier**) – Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura da Sessão.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remído Monai**) – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário, Deputado (**Chicão da Silveira**) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

Ofício nº 033/14, de 09/12/14, do Deputado Marcelo Cabral, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 09/12/14. Ofício nº 034/14, de 10/12/2014, do Deputado Marcelo Cabral, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 10/12/14.

RECEBIDOS DO EXECUTIVO

Mensagem Governamental nº 63/14, de 10/12/14, do Governador do Estado de Roraima, encaminhando, para elevada apreciação, o Projeto de Lei que visa prorrogar até o dia 31 de dezembro de 2050 benefícios concedidos pela Lei nº 215, de 11/09/1998.

Mensagem Governamental nº 64/14, de 10/12/14, do Governador do Estado de Roraima, encaminhando, para elevada apreciação, o Projeto de Lei que “Cria e Normatiza o Fundo Estadual dos Direitos do Idoso de Roraima - FEDIRR e dá outras providências”.

DIVERSOS:

Ofício nº 1177/14, de 25/11/14, do Tribunal do Trabalho da 11ª Região, encaminhando cópia da informação de fls. 362 e do despacho de fls.363, para que, no prazo de 10 dias, encaminhe a este tribunal cópia da Lei Orçamentária referente ao exercício de 2013, decorrido *in albis* o prazo ora estabelecido, presumir-se-á a não inclusão no orçamento. Ofício nº 1177/14, de 25/11/14, do Tribunal do Trabalho da 11ª Região, encaminhando cópia da informação de fls. 381 e do despacho de fls.382, para que, no prazo de 10 dias, encaminhe a este tribunal cópia da Lei Orçamentária referente ao exercício de 2012, decorrido *in albis* o prazo ora estabelecido, presumir-se-á a não inclusão no orçamento.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalsler Renier**) – Proceda à chamada.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhora Presidente, cara Deputada Aurelina, caros colegas Deputados, servidores desta Casa, membros dos meios de comunicação, quero cumprimentar também todos os profissionais do transporte rodoviário intermunicipal e transporte escolar, os quais lotam esta Casa. A todos, o nosso bom dia.

Uso esta tribuna hoje, Senhor Presidente, para falar de um assunto que me deixou bastante indignado nesta semana. Mas, antes de abordar isso, vou fazer um preâmbulo e Vossas Excelências, vão saber por que eu estou fazendo de modo a não ser acusado de vir contra a proteção da flora e da fauna do nosso Estado.

Em 2014, eu ainda era da ativa da Polícia Militar e recebi a missão de fazer um anteprojeto de lei para alterar a estrutura orgânica da Polícia Militar. Naquela oportunidade, quando o governador era Francisco Flamarion Portela, eu tive a preocupação de prever mais um órgão, mais uma unidade na Polícia Militar: a companhia de policiamento ambiental. Preocupação nossa de defender a flora e a fauna aqui no Estado de Roraima. Previamente ao anteprojeto, o Governo do Estado encaminhou para a Assembleia, que aprovou, e depois foi sancionado pelo governo, e publicado em 2004, quando entrou em vigor.

Em 2010, foi criada a Companhia, mas não implantada. Em 2010, quando já Comandante da Polícia Militar, consegui, Deputado Erci, implantar a Companhia de Policiamento Ambiental, que hoje está com mais de 04 anos de trabalho na defesa da flora e da fauna.

Faço este preâmbulo por causa do assunto que vou abordar agora. Alguém pode vir aqui dizer que o Deputado Chagas é contra a proteção da fauna e do meio ambiente, mas eu, efetivamente, trabalhei pela implantação da Companhia, que está fazendo um grande serviço, defendendo a flora e a fauna, o meio ambiente do nosso Estado.

Bem, agora vou falar do que me incomodou.

Na quarta-feira Deputado Remído, quando fui ler a Folha, um jornal necessário, que leio todos os dias pela manhã, para me interar dos assuntos do nosso Estado, bem como do nosso País, me deparo com uma manchete dizendo que a FUNAI propõe que o monumento do garimpeiro, um dos símbolos do nosso Estado, seja demolido. E isso dito por um representante da FUNAI.

Ora, a FUNAI presta um serviço de proteção às comunidades, às etnias indígenas do País, mas, aqui em Roraima... Isso é uma análise que eu faço como servidor público, com quase 30 anos de serviço, que foi Comandante da PM; Secretário de Justiça; Secretário de Segurança Pública; Chefe da Casa Civil deste Estado e conhece, profundamente, esse assunto. Aqui em Roraima, infelizmente, a FUNAI não tem sido boa para os roraimenses.

Roraima tem mais de 90% do seu território comprometido com demarcações de terras indígenas e com criações de reservas de proteção ambiental.

Isso atrapalha o progresso e o desenvolvimento, por isso Roraima depende muito dos repasses do Governo Federal.

Mas isso a gente tem acompanhado, debatido, combatido o bom combate, fazendo com que ainda restem alguns pedaços de terra para o progresso, para a agricultura e a pecuária aqui no nosso Estado. A classe econômica, que gera emprego e renda no Estado, tem sofrido durante esses anos todos, durante os quais são demarcadas mais terras

índigenas, em áreas imensas. Entendemos a necessidade de ter a área para cada comunidade, mas temos áreas indígenas imensas, como a Yanomami e a Raposa Serra do Sol, onde centenas de famílias foram desalojadas. Tiveram de abandonar suas fazendas produtivas de mais de 100 anos, e se realocarem, muitos, tendo de vir morar nas periferias da cidade.

O resultado disso todos sabem: as comunidades indígenas, inclusive, sofrem com isso. Centenas de indígenas, para não dizer milhares, vivem também nas periferias da capital e do interior do Estado, porque agora não têm mais emprego, não têm renda. Muitos vivem de pedido, dos luxões, realidade já retratada em matérias de órgãos de imprensa, em nível nacional.

Então, a FUNAI, infelizmente, para Roraima, não é um órgão que presta um serviço para o crescimento do Estado. Na minha opinião, presta um desserviço. Mas respeitamos isso, pois o próprio Estado colabora, apoiando ações da FUNAI na retirada de garimpeiros, que, efetivamente, estão garimpando em terras indígenas, onde não é permitido, porque até hoje não foi aprovada uma lei que tramita no Congresso. Esses trabalhadores, na maioria, são pessoas sem oportunidade de trabalho aqui no Estado, que não possui empresas suficientes, porque a própria FUNAI e outros órgãos ambientais dificultam o crescimento também dos empresários. As pessoas não têm empregos em Boa Vista, logo, vão buscar o garimpo. A FUNAI, evidentemente, quando entram em terras indígenas, faz a retirada corretamente, mas daí vir o coordenador da Instituição e generalizar todos os garimpeiros como marginais e propor a derrubada do monumento histórico de Roraima, são outros quinhentos. O que mais podemos esperar? Daqui a pouco, Deputado Rodrigo, a FUNAI vai dizer aonde é que você pode ou não pode ir o que pode usar e o que não pode. Isso é um absurdo. Roraima só é Estado hoje, podem ter certeza disso, em razão do garimpo, porque milhares de brasileiros vieram para cá em busca de um sonho. Milhares de brasileiros vieram para cá para trabalhar e, com isso, houve um aumento populacional, comercial, de modo que tivemos condições de transformar o então Território Federal de Roraima em Estado. Caso contrário, até hoje, acredito eu, seríamos ainda território federal, sem independência, sem autonomia nenhuma. Acredito que, senão todas, a maioria esmagadora das famílias tradicionais de Roraima teve algum membro que foi garimpeiro, viveu ou teve seus comércio crescendo em razão da atividade de garimpo aqui no Estado. Então, não pode vir aqui um cidadão da FUNAI dizer que vai mandar demolir um monumento que representa o Estado de Roraima. A FUNAI cria reservas, ainda coloca uma corrente na BR 174 todos os dias às 18h e só abre às 6h da manhã. Então, durante seis meses do ano, essa BR está fechada, Deputado Mecias. Aí, vem um cidadão, o qual não se sabe de que buraco saiu, dizer que vai derrubar o símbolo maior de Roraima.

Então, eu venho aqui indignado. Eu iria fazer este pronunciamento ontem para dizer que nós respeitamos a FUNAI, o meio ambiente, a fauna e a flora, tanto que eu criei, coloquei no anteprojeto de lei e depois implantei, como comandante, a Companhia de Policiamento Ambiental, que presta um grande serviço nessa área e vai continuar prestando. Agora, não posso admitir que se generalize e trate todo mundo como marginal. Toda pessoa que foi garimpeiro agora é marginal para o senhor João Catalano. Não se podem generalizar, nós entendemos que é preciso ter cuidado nas palavras.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** – Bom dia, Deputado Chagas, bom dia, colegas Deputados. Quero saudar todos os presentes que estão acompanhando esta Sessão e ansiosos pela chegada da Ordem do Dia. Mas, antes disso, quero cumprimentar Vossa Excelência pelo discurso e me colocar ao lado das palavras de Vossa Excelência.

O Senhor disse que a FUNAI hoje não é boa para os roraimenses e eu até diria que, se ela não estivesse sendo boa para os roraimenses não índios, eu entenderia, porque estaria defendendo ao menos o seu propósito. Mas a FUNAI, hoje, sequer é boa para aqueles de quem deveria cuidar, que são os índios. Hoje, quem vai, por exemplo, para região de Campos Novos, presença índios yanomamis que saíram caminhando da reserva, entram naquela cidade e passam o final de semana bebendo e muitas índias se prostituindo. Você não vê uma viatura, um único servidor da FUNAI, você não ver ninguém da FUNAI preocupado com aqueles índios que estão se submetendo àquela situação degradante. A verdade é que, hoje, a FUNAI, infelizmente usa o índio como massa de manobra. A FUNAI usa, hoje, o índio para um discurso internacional, para aqueles países que não conhecem a realidade de uma comunidade indígena brasileira, especialmente no Estado de Roraima.

Hoje, a FUNAI é uma entidade obscura, é uma entidade que não presta esclarecimento e informação para ninguém no Brasil, parece, inclusive, que a FUNAI funciona à parte do Governo Federal Brasileiro. Parece que a FUNAI não deve satisfação a ninguém, não presta conta e não tem dever de transparência com ninguém.

Não fosse pela revisão do Tribunal Regional Federal da 1ª região, a interligação do Estado de Roraima ao sistema elétrico brasileiro

estaria ameaçada, porque a FUNAI resolveu descobrir, do nada, uma comunidade isolada, que dá continuação à área indígena, no sul do Estado, Waimiri-Atroari. Uma situação que nunca tinha se ouvido falar, a FUNAI não presta esclarecimento para ninguém. Uma comunidade descoberta depois, inclusive, do edital de energia elétrica. Aí, vem a FUNAI e um Juiz do Amazonas, completamente desinformado e sem interesse pela causa, bloquear a obra e cancelar o edital. Felizmente, o TRF, com bom senso, anulou essa infeliz decisão e deu prosseguimento à obra.

Então, infelizmente, a FUNAI hoje é isso. A FUNAI não se presta a ajudar ninguém. Ela se presta a dar apoio a um discurso furado apenas para tender aos interesses dos países estrangeiros.

Vossa Excelência foi muito feliz quando disse que a FUNAI, daqui a pouco, vai dizer por onde a gente deve ou não andar, esse é o interesse deles, se eles pudessem, era o que iriam fazer.

Esse seu discurso vem em boa hora. A Assembleia precisa marcar bem a sua posição, precisa fazer frente a questões absurdas como essa desse infeliz João Catalano, que propõe a demolição do monumento do garimpeiro. Enfim, espero que a próxima gestão do Governo Federal avance nessa questão da política indigenista brasileira, que, infelizmente, não serve a ninguém e só tem deixado o índio na miséria.

Parabéns pelo seu pronunciamento e obrigado pelo aparte.

Aparte concedido a Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Bom dia a todos. Eu, como você, também gostaria de fazer referência ao que está acontecendo no Estado de Roraima. Hoje, acho que a Folha de Boa Vista traz várias facetas dessa história, com a qual, talvez, a gente não estivesse tão preocupado, como ficamos depois de ler o aprofundamento da matéria no jornal. As ações que estão ocorrendo não são somente no Estado de Roraima, estão ocorrendo na justiça do Estado do Amazonas, em uma interferência muito clara no território de outro Estado. Eu ouvi Vossa Excelência falando que a FUNAI daqui a pouco vai dizer para onde a gente deve ir. Ela já diz isso há muito tempo. Ela diz a que horas a gente deve sair do Estado, a que horas devemos entrar, e que horas não podemos entrar. Há comunidades em que nós não somos bem-vindos. Vi, em uma matéria, que o índice maior de mortalidade do Brasil está em Caracará por conta do infanticídio cometido nas comunidades indígenas. Eu vi antropólogos que, acho, não têm o que fazer no Brasil, porque é uma categoria funcional meio à parte, não tem muita função neste País. Ela está defendendo o infanticídio, inclusive, cometido por índios aculturados, índios que sabem o que fazem. De 42 mortes no Município de Caracará, no ano de 2013, o que deu a ele o índice de Município mais violento do Brasil, 37 foram de crianças vítimas do infanticídio, crianças que nascem com algum problema e os índios se dão o direito de tirarem a vida. Ouvi defesa disso, inclusive, de grandes juristas, baseados na Constituição Brasileira, na nossa Constituição, porque ela diz que os costumes dos indígenas devem ser preservados. Os nossos não devem, não? Ontem, preocupou-me a questão da demarcação das terras indígenas. Está se repetindo no Estado e eu quero alertar as autoridades do meu Estado que não são do Legislativo, infelizmente de que nós também vamos tomar nossas providências. O que ocorreu com a Região de São Marcos e Raposa/Serra do Sol está se repetindo. Assisti, na região de Campos Novos, a vinda de yanomamis com crianças, com jamanxi nas costas, sendo trazidos de suas comunidades para começarem a ocupar terras na margem do rio. Está ocorrendo lá no Equador. Um indigenista de cujo nome não me recordo sobrevoou o Estado de Roraima e encontrou esses índios que estão se distanciando das comunidades originárias deles para criar outra maloca em outro lugar. Isso foi identificado como tendo acontecido em 2012, só que, em 2009, a gente já tinha a decisão do STF de que não se criaria mais reservas indígenas no Estado de Roraima. Eu assisti chorando àquilo ali, assisti a índios jogando copo com água na cara de Ministro no STF. Então, estamos começando a vivenciar a mesma coisa. Já não são mais somente os parintintins, há mais três comunidades sendo identificadas. Agora, nós, roraimenses, sempre defendemos as comunidades indígenas. Governadores, Deputados, Vereadores, Prefeitos, médicos, todos nós respeitamos essas pessoas, porque entendemos que índio é gente igual a todo mundo. Aí vem um camarada aqui dizer que garimpeiro é criminoso. Garimpo é uma atividade digna, a qual fez nascer o Estado de Roraima. É uma atividade registrada, legalizada. O que não é legalizado são as terras que tomam em nome das comunidades indígenas, justamente onde tem o garimpo. Isso é bem estudado. Então, eu queria Deputado, por essa ser uma matéria ampla, dizer que a gente abomina o camarada, um tal de Catalano, que não sei de onde veio, mas, com certeza, não é brasileiro, como não é a maioria dos índios da Raposa/Serra do Sol. Eles vieram de outro país para cá. Então, em nome de tudo isso, eu quero pedir às nossas autoridades federais e estaduais, principalmente, ao pessoal do Executivo, da Procuradoria-Geral do Estado. A Justiça do Amazonas está entrando no território roraimense e ditando as regras em terras que legalmente são do mesmo Estado. Não foram dadas pelo Lula, nem pela Dilma, e nem

por ninguém, foi Lei do Congresso Nacional que transferiu as terras para o Estado de Roraima. Não foi ninguém que deu e ninguém pode tomar. Infelizmente, nós estamos deixando a justiça do Amazonas e de outros estados, em nome da FUNAI, sei lá de que desgraça é, vir ditar regras no Estado de Roraima. Queria pedir à Procuradoria-Geral do Estado, ao Tribunal de Justiça, Ministério Público, para que a gente se una, pois temos a força de fazer leis para não deixar acontecer a segunda Raposa/Serra do Sol, onde não foi defendido os interesses dos índios. Obrigado, Deputado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jalser Renier** – Deputado: Primeiramente, quero parabenizá-lo pelo discurso de Vossa Excelência. Vossa Excelência toca em um tema universal, que atinge os interesses do Estado de Roraima já há muitos anos. Eu quero aqui me igualar a Vossa Excelência e demais colegas que lhe apartaram. Na verdade, em 1994, no auge do garimpo do Estado de Roraima, o aeroporto internacional de Boa Vista, na época, chegou a ser o mais frequentado do Brasil. Naquele momento, se extraía ouro do Estado de Roraima de maneira desorganizada, mas não havia fome e havia esperança de as pessoas sobreviverem com dignidade. Garimpeiro não é assassino, não é marginal, é um profissional que se dispõe a sair de sua casa, porque não encontrou emprego, porque não encontrou dignidade, porque não teve condições de estudar, então está lá, furando buracos no Estado para tentar encontrar ouro de modo que sua família não venha morrer de fome. Essa é a história do garimpeiro de Roraima. Quero dizer a Vossa Excelência que sou a favor, radicalmente, do garimpo, que deve ser feito de forma organizada como é em Belém do Pará, em Serra Pelada, pois a Vale do Rio Doce, que predomina e faz a extração do minério lá, é legal. Mas, aqui no Estado de Roraima, onde nós temos recursos minerais que pagariam mais de dez vezes a dívida externa deste País, isso simplesmente é colocado em uma gaveta pela maledicência de um partido chamado PT, governado por uma mulher. Meu respeito às mulheres sérias e não às mulheres que não se preocupam com as bandeiras dos estados pequenos, não fazem absolutamente nada e não representam nada no cenário nacional, porque, neste Estado aqui, nem em época de campanha, Presidente da República vem. Então, eu quero dizer ao Senhor que nós somos um estado aquém, nós estamos mais próximos da América do Norte do que do restante do Brasil. Nós temos, hoje, uma gasolina cara por conta da falta de união das bancadas federais. Senão poderíamos enfrentar o problema desse combustível tão caro e tão perverso para o trabalhador de Roraima, estando nós, há 230 km da Venezuela. Nós temos aqueles que trabalham diuturnamente, para os quais daqui a pouco nós vamos analisar um Projeto de Lei. Se houver um entendimento, fará com que os direitos deles sejam cerceados, não garantindo o artigo 5º da Constituição Federal, segundo o qual todo cidadão brasileiro tem o direito de ir e vir dentro do território nacional. Aí vem uma posição ideológica defendida por Vossa Excelência de que a FUNAI, agora, quer extrair um patrimônio tombado pelo Estado, pela história que deu sustento a todos e que está lá. Nós aprovamos uma PEC que permite a extração mineral em alguns pontos do interior, principalmente, na Serra do Tepequém. Daqui para o ano que vem, Vossas Excelências verão que empresas daqui e de fora começarão a extrair minérios do Estado de Roraima.

Vossa Excelência vai ver também que mesmo a PEC sendo aprovada por esta Casa, amanhã irá entrar na justiça o Ministério Público, sabe por quê? Porque, às vezes, o entendimento jurídico de uma pessoa confronta o interesse de uma população sofrida, confronta os interesses de um povo que trabalha. A lei deve ser igual para todos e respeitada. Mas, quando ela enfrenta o menor, tem de ser reavaliada, porque não foi feita para destruir o menor e, sim, para fazer justiça perante a sociedade. Por isso, é que me igualo a Vossa Excelência e digo que o seu discurso torna à democracia e à indignação contida no coração de cada parlamentar, de cada pai e mãe de família que não vê o sustento porque, infelizmente, o seu esposo não está podendo trabalhar. Mas, tem a dignidade e a coragem de sair da sua casa para poder buscar o ouro. Recentemente, o Presidente desta Casa foi agraciado com uma Comenda, no Senado Federal, pelo trabalho que fez com os garimpeiros presos e excluídos, na Venezuela, por falta de apoio e de oportunidade. O Deputado Chico Guerra, por dever de honra e de justiça, foi o precursor em trazer de volta a vida e a dignidade daqueles homens que estavam passando fome para dar dignidade a suas famílias. Nós precisamos dos nossos Deputados Federais e da coragem de nossos Senadores para que enfrentem esse problema e tragam uma solução, porque o Estado do Amazonas nunca foi combatido com sua zona franca. O Governo Federal queria acabar com a zona franca do Amazonas, porém, todos os Deputados Estaduais, Federais e Senadores, que eram oposição ao Governo e a prefeitura, uniram-se, foram lá e disseram para o Presidente: O Senhor perderá base no estado se essa lei não for renovada. Então, eles se uniram. Mas, infelizmente, os caprichos individuais e a vaidade, aquela que destrói o homem público e o leva para o buraco, impede que tenhamos dignidade, uma estrutura melhor, e saíamos desse ostracismo que vivemos no Estado, de depender de 80% do que o Governo nos dá! Então, é nisso

que eu quero me igualar a Vossa Excelência. Parabéns pelo discurso!

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua. - Senhor Deputado, Obrigado pelo aparte.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Há um trabalho dos alunos de Geografia da Universidade Federal de Roraima que levanta toda a riqueza mineral do Estado, principalmente, o nióbio, usado para construção de foguetes. Eu não sei como se constrói foguetes por aí, se só existe nióbio em dois lugares do mundo e um desses é o nosso Estado. Os alunos criaram uma empresa de pesquisa, e os resultados foram excelentes. Mas, no que eu gostaria de contribuir com o seu discurso e com sua colocação é o seguinte: o Estado passa por uma crise sem precedente. Se Vossa Excelência perceber, toda semana fogem bandidos da penitenciária para matar cidadão e pessoas de bem, que vivem no nosso Estado. Não era o momento de a Polícia Militar estar procurando esses delinquentes? Colocar o BOPE e a Polícia Ambiental para ir atrás de garimpeiros, que estão ganhando o pão de cada dia! Para dar suporte à FUNAI em fazer essas mazelas que foram feitas aqui? Não é hora de a Polícia Militar priorizar as ações mais urgentes, que é servir o povo que paga o imposto para que eles sejam funcionários públicos? Não é admissível que o BOPE vá fazer um trabalho de competência da Polícia Federal! Não é possível que a Polícia Federal vá fazer um trabalho de competência da Polícia Militar! As áreas indígenas federais em Roraima não necessitam que a polícia seja acionada pela FUNAI, ela tem de acionar a Polícia Federal! Agora a polícia está com dificuldade. Eu ouvi o discurso do comandante da Polícia Militar alegando dificuldades de recursos humanos, e nós nos damos ao luxo de deslocar policiais no lugar de estar atendendo as populações da periferia da cidade, para evitar assalto, para cuidar de bandido, que fica atacando trabalhador brasileiro! Tenho certeza de que a maioria dos cidadãos roraimenses pensa da mesma forma, este é o momento de o Estado estar servindo o cidadão, é um momento crucial pelo qual passa a situação da Segurança Pública no Estado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Primeiramente, eu gostaria de parabenizar Vossa Excelência pelo assunto pertinente que trouxe esta semana, no dia de hoje, e dizer que a sua indignação é a mesma do povo do Estado de Roraima. A propositura da FUNAI em tirar o monumento dos garimpeiros, símbolo que retrata os pioneiros do Estado, os quais contribuíram corajosamente para o desenvolvimento econômico de Roraima, é algo inadmissível. Vossa Excelência, quando trouxe este assunto, abriu um leque de temas afins. Faça uma breve reflexão. Aqui, os garimpeiros foram expulsos e humilhados das áreas de onde tiravam o seu alimento com dignidade. Achando pouco, o Governo Federal também tirou de suas áreas produtivas os rizicultores e pecuaristas, que formavam o PIB deste Estado, que geravam emprego e renda. Agora, o linhão de Tucuruí, que deveria trazer benefícios, como a energia para produzir, para que pudéssemos ser interligados ao sistema nacional de energia elétrica, está enfrentando um grave problema. Estão tirando o nosso direito, ou seja, o direito de produzir e desenvolver. Roraima é o único Estado da Federação acorrentado, nós temos o direito constitucional de ir e vir. Aqui, às 18h, levantam as correntes, que só são baixadas às 6h da manhã do dia seguinte. O nosso Estado é escolhido pelo Governo Federal para que não haja desenvolvimento, para que haja miséria e pobreza, como bem disse o Deputado Jalser. Aqui, nem o candidato à presidência vem pedir voto, por achar insignificante a quantidade. Até no dia das eleições somos tratados como números, e não como pessoas. Somos brasileiros! Moramos na Amazônia, somos pais e mães de famílias, portanto, merecemos respeito! Aqui faço um chamamento: vamos nos unir, a classe política, os Senadores, Deputados Federais, Prefeitos e Vereadores. A FUNAI está produzindo um laudo antropológico para comprovar que o Pirititis estavam naquela área há séculos, isso ninguém nunca viu! Vamos também produzir um contralaudo, vamos parar o Estado e garantir que aquela área não seja demarcada. Isso não é bom para os índios nem para os não índios, não traz benefício para nenhuma das partes. Vamos pedir que tirem essas correntes da área Waimiri-atroari. Nós temos o mesmo direito dos demais brasileiros de ir e vir. Sem falar que isso traz prejuízo à cadeia produtiva e econômica do Estado. Quero parabenizar Vossa Excelência e dizer que é hora de se unir a classe política do nosso Estado. Acabaram as eleições, vamos nos unir e fazer com que o Brasil veja o nosso Estado como parte da federação e, portanto, merecedor de respeito. Muito obrigado!

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo** – Quero também deixar aqui um registro importante sobre a falta de respeito com os símbolos do nosso Estado. Aparece alguma pessoa ligada a uma ONG ou outro órgão internacional, fala alguma coisa que a gente não dá importância, mas, quando abrimos os olhos, nos deparamos com uma realidade de consumação do que foi propalado anteriormente. As pessoas chegam ao nosso Estado e não nos respeitam! Quero dizer aos Senhores que a primeira rua do Município de Boa Vista foi fechada! Fizeram uma calçada na frente da Igreja

Matriz, quer dizer, impuseram! Subjugaram o povo de Roraima quanto ao direito de ir e vir. Inclusive, a Orla do Rio Branco veio a falecer com essa atitude, mas, graças a Deus, voltou ao normal. Eu não me surpreendo se for levada adiante essa questão da retirada do monumento ao garimpeiro. Eu entendo que estamos nesta manhã, com uma categoria que trabalha muito para se manter. Conheço várias pessoas que trabalham nesse sistema, que merecem o nosso respeito e essa votação nesta manhã. Assim como nós estamos sendo violados, eles podem também serem colocados de fora de um sistema. Como disse o Deputado Jalser! Esses pais podem deixar de buscar o seu ouro para dar o sustento da sua casa. Eu acho esse projeto de extrema importância, porque eu sei que hoje o sistema já foi bagunçado. Eu quero aqui fazer justiça ao ex-Prefeito Iradilson quando cedeu o terminal rodoviário do caimbé para esse serviço. Era inadmissível os pais de família irem para o Cantá e, quando chegavam na ponte, serem assaltados, da mesma forma no Pau da Paciência. Então, hoje eles têm um terminal, as coisas estão fluindo e a gente precisa dar tranquilidade a esses pais de família. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Coronel Chagas**, continua- Obrigado pelos apertes! A FUNAI, aqui em Roraima, atua com essa política ultrapassada. As comunidades indígenas querem crescer e progredir, mas a FUNAI não quer isso, quer sempre ter os índios sob sua tutela, porque assim justifica os milhões de reais destinados não só a ela, mas às centenas de ONGs que orbitam em torno da causa indígena. Só para se ter uma ideia. Essa corrente erguida todos os dias na BR-174, tanto do lado de Roraima quanto do Amazonas, tem um custo aos cofres brasileiros. Há uma ONG que recebe milhões de reais do governo brasileiro para manter aquela corrente. Essa ONG pertence a uma família que recebe milhões todos os anos e paga míseros salários a uma meia-dúzia de indígenas, os que a esticam, todos os dias. Por isso, essa política indigenista ultrapassada sustenta famílias e cria ONG com os mais diversos objetivos em torno de uma causa indígena no nosso país. Aqui em Roraima, com a demarcação das reservas indígenas, nós não podemos mais ir a diversos pontos turísticos. A Cachoeira do Macaco, que era visitada por todos que iam a Pacaraima, hoje não pode ser mais visitada. Por que a FUNAI não permite que os indígenas explorem isso para que gere uma renda à comunidade? O Monte Roraima é outro ponto turístico que, para ser visitado, temos de ir pelo lado da Venezuela, porque a FUNAI não deixa criar um ponto turístico na sua base. Isso precisa ser mudado, Senhor João Catalano! Ao invés de propor a demolição do monumento aos garimpeiros, que são homens trabalhadores, nós propomos demolir essa política indigenista ultrapassada do nosso país, fazer uma reforma na FUNAI, para que haja possibilidade de crescimento, independência e autonomia aos povos indígenas. Muito obrigado a todos!

O Senhor Deputado **Jalser Renier** pede Questão de Ordem. – Senhor Presidente, sobre a posição apresentada pelo Deputado Coronel Chagas, eu gostaria de sugerir uma Moção de Repúdio à FUNAI e a esse cidadão. Então, eu pediria que a Assessoria Técnica desta Casa redigisse agora para que a gente pudesse apresentar em plenário a Moção de Repúdio a essa instituição.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, Deputado Chagas, Senhoras e Senhores Deputados, meu cordial bom dia a todos os servidores desta Casa e a todos os presentes no plenário, em especial a essa categoria trabalhadora do Estado de Roraima, os taxistas intermunicipais. Eu não fiz um aparte ao Deputado Chagas sobre o seu posicionamento, mas concordo com ele e vou dar uma pequena contribuição também. Eu sou presidente de um partido de esquerda, que faz parte da base do Governo Federal. Temos um posicionamento diferente do Governo Federal. Foi assim na Raposa/Serra do Sol e tem sido assim no combate à intervenção dessas ONGs em Roraima e no Brasil. Nosso partido, acima de tudo, defende a soberania nacional. Foi assim que, através de nosso secretariado, tratamos de assuntos amazônicos indígenas junto com Eron Bezerra, Dom Aldo Rebello, que veio aqui e acompanhou de perto, e a direção do partido. Agora, Senhoras e Senhores, nós colocamos a culpa nos povos indígenas, nas ONGs, como se o Estado fosse vítima desse processo, eu acho que é nós não nos valorizarmos. A classe política de Roraima teve culpa, e culpa grande, de não reagir à altura sobre essas intervenções. Essa é a verdade. Quando expulsaram os garimpeiros, de maneira humilhada, no Estado de Roraima, ficou lá todo o minério guardado, como falou o Deputado George, bilhões em minérios. Minério que só tem no Brasil, como é o caso do nióbio, 98% está aqui. E outros minérios, com essa riqueza, são intocáveis pelo garimpeiro sozinho. As grandes empresas, que estão aí com balsas, grandes máquinas explorando, essa riqueza vai para as mãos de um grupo só. Essa é a verdade! Se nós, de fato, fizermos esse enfrentamento, eu defendo a exploração, em áreas indígenas, do minério, respeitando o índio. Agora, com cooperativa do garimpeiro, não para uma empresa só. Todo mundo sabe dessa história e o que está por trás disso. E acho que esta Assembleia tem de reagir à altura contra a criação da

nova área indígena, que não tem fundamento nenhum. É preciso dar um basta e é preciso que a classe política respeite o povo roraimense.

Está aí um exemplo claro. Era um sonho do povo roraimense, ter as terras. E a gente se colocava como vítima. Roraima não se desenvolve porque as suas terras ainda pertencem à União. E no dia em que a União deu as terras para Roraima, nós vimos o que aconteceu: o maior escândalo de grilagem. A culpa é da União? O problema é que a classe política de Roraima não tem feito o seu dever de casa. E eu aponto o dedo para mim, pois eu sou político também nesse processo. E o povo percebeu isso e deu a resposta agora nas urnas a muita gente que se achava dono de Roraima e fazia o que queria.

Mas esse é um assunto polêmico. Eu concordo com a nota de repúdio, assino, aprovo e acho que nós temos que criar uma comissão nesta Casa para acompanhar essa pretensa demarcação dos pirititis lá na região do Jundiá, Equador, Baliza, Caroebe, toda aquela região. Acho que esta Casa tem de se posicionar. Nós temos condições suficientes de contratar uma equipe técnica para averiguar. A gente fica apenas no discurso e não vai para a prática. Nós temos de reagir. É inadmissível que essa energia de Tucuruí não chegue a Roraima o quanto antes.

Eu quero também falar especialmente sobre os presidenciáveis desta Casa: ao Deputado Brito Bezerra, Deputado Jalser Renier e Deputado Mecias de Jesus. Segundo os bastidores da política, são eles os possíveis presidenciáveis, a partir de 2015, nesta Casa. Outros nomes estão sendo cogitados, mas quero chamar para a avaliação os demais Deputados. Quando estou aqui apontando meu dedo para a Mesa Diretora, para o Plenário, tem também um dedo apontado para mim, que tenho parcela de culpa pela forma como esta Casa se posicionou e foi conduzida nos quatro anos que se passaram.

A gente precisa buscar alternativas para fazer com que esta Casa funcione em sua plenitude. Nós temos de dar exemplos. Qual exemplo nós demos quando esta Casa começou a aceitar o atraso do duodécimo dos poderes? Atrasou um mês, depois repetiu, repetiu e, assim, já é praxe. Aquilo que era para ser exceção virou regra. Hoje, são 11 de dezembro e o duodécimo desta Casa, que era para chegar no dia 20 de novembro, como prevê a Constituição, não chegou. Foi nesta Casa, foi no Tribunal de Justiça, foi na Defensoria. E estão aqui hoje os Deputados sem receber salário. Deputado nem tanto, pois têm um bom salário, talvez aguente passar um mês sem receber, mesmo tendo alguns com as contas atrasadas. E o servidor desta Casa, como é que fica? Aquele que ganha um, dois, três salários? Aquele que trabalha e quem não trabalha, como foi colocado aqui durante o período eleitoral. Claramente, a contratação deles foi uma coisa absurda, expondo esta Casa, chamando até o Ministério Público, a polícia para vir aqui por causa de contratação de oitocentos servidores como cabos eleitorais. Todo mundo soube. Foi noticiado na mídia, senhores presidenciáveis do próximo pleito. Esta Casa tem de fazer o seu papel, tem de se posicionar de fato. Bati nesta tecla várias vezes. As comissões permanentes não funcionam Senhoras e Senhores Deputados? Nós queremos isso para o próximo pleito? A gente não se dá valor, enquanto Poder! Aprovamos coisas absurdas aqui, tivemos que voltar atrás. Teve posicionamento nosso aqui que foi revertido pela justiça, pelo Tribunal de Contas, como a PEC dos seis seguranças para o Governador. E outros benefícios que foram dados ao Executivo, por questões políticas. Esta Casa é um Poder. Aliás, o mais forte e mais belo da democracia. Eu espero que, com a vinda dos novos Deputados, com a experiência desses quatro anos, unida aqueles que se reelegeram, possamos reavaliar o posicionamento nesta Casa. Façamos desta Casa um referencial para o povo de Roraima. Que façamos desta Casa um local de debate saudável com coisas importantes de nosso Estado. Que possamos nos contrapor aos interesses do Governo quando não é o interesse da sociedade. Esta Casa é que defende o povo.

Neste sentido, Senhoras e Senhores, eu quero aqui pedir o apoio especial dos presidenciáveis, dos Deputados, para a gente começar a se organizar. Que, a partir do próximo ano, a Mesa Diretora não faça do plenário seus interesses para prevalecer refém. E que o Plenário, de fato, seja respeitado, seja ouvido. Que as comissões, de fato, funcionem, em especial, as comissões permanentes. Que a gente se acostume a discutir as matérias. Eu vi muitas vezes aqui, a exemplo do Deputado Erci, que é um grande conhecedor do ZEE, da Lei de Terras, leis que o Poder Executivo fazia uma ou duas discussões, simplesmente para cumprir a formalidade e, quando chegava nesta Casa, negava-se a discutir. Não, porque já foi discutido lá, não tem de ouvir o povo, não tem de ouvir o segmento. Nós temos de ouvir todo mundo. Este é o dever desta Casa. Espero que a gente se comporte assim a partir do próximo ano.

E um dos encaminhamentos que nós estamos sugerindo, Senhoras e Senhores Deputados, é uma PEC, uma Resolução, de autoria de vários Deputados, extinguindo a reeleição da Mesa Diretora desta Casa. Que nenhum membro da Mesa Diretora possa se reeleger, no mesmo cargo, a partir do ano que vem. Isso é saudável, é salutar para este Poder. Eu me lembro muito bem

que votei no Chico Guerra na primeira eleição e não aceitei que a reeleição dele fosse feita, ainda no primeiro ano de mandato. Ele se elegeu e, com seis meses do primeiro mandato, já conseguiu a reeleição, com toda a Mesa Diretora, para os quatro anos seguintes. E, depois, o Presidente Guerra não agradou a todos. Começaram a querer criar movimento para afastá-lo da presidência. O momento político era outro, ou seja, nós metemos os pés pelas mãos e o resultado disso foi o enfraquecimento do poder, que piora a cada dia. Estamos chegando ao final do exercício em um processo lamentável no qual se encontra o legislativo estadual diante da sociedade. 79% das pesquisas que eram feitas nesta Casa mostraram que o povo não acreditava nos parlamentares, tinha uma visão distorcida deste poder, pois não conhece o trabalho. Os senhores, que estão aqui hoje, têm um interesse legítimo e têm de participar, têm de vir, conversar, articular. Mas não é costume do povo. O povo não tem acesso ao trabalho legislativo. Em cidades por aí afora, existem câmeras para transmitir Sessões ao vivo pela televisão, pelo rádio. E o cidadão, lá na casa dele, acompanha o trabalho do Deputado ou do vereador. Ele participa, ele cobra. Aquele Deputado apresentou um projeto, e vejo lá participando das discussões. Aqui, boa parte da população nem conhece os 24 Deputados. Essa é a realidade.

Eu estou fazendo essa avaliação aqui e me incluo no pacote. Eu sou Deputado. Poderia ter feito muitas coisas para tentar mudar essa realidade, talvez, e não o fiz. Mas quero dar a mão à palmatória e tentar acertar no próximo pleito. Quero pedir o apoio dos Senhores Deputados pelo fim da reeleição da Mesa Diretora, pela valorização das comissões permanentes desta Casa. Nós criamos um costume de ouvir o povo através das comissões, através do plenário, das audiências públicas, das Sessões Itinerantes. Nós ganhamos muito bem para fazer isso. Esse é o nosso papel. Ninguém é Deputado aqui porque é obrigado. Vocês se candidataram e aceitaram o desafio de representar o povo. Eu concedo um aparte ao Deputado Erci de Moraes e, logo em seguida, Deputado Brito Bezerra.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Deputado Sampaio, sem mais preâmbulos, quero dizer a Vossa Excelência que concordo em gênero, número e grau com suas colocações à respeito da situação vivida por esta Casa. Dos anos em que participo do Poder desta Casa, nunca vi a Assembleia tão enfraquecida, sem conceito junto à população, como nesse quadriênio, pelas razões que Vossa Excelência acabou de apontar. Ao invés de ter uma postura, de ser um poder forte, que diz ter consciência, tornou-se um poder até determinada circunstância, pior do que isso, um poder que age de forma essencialmente presidencialista. Mesa Diretora da Assembleia é representada, na prática em que vivemos, por apenas um ou dois personagens. Não há essa figura da Mesa Diretora funcionando como deveria, não me recordo de ter havido uma convocação formal sequer, a não ser uma de nossa autoria. Então, são muito oportunas as suas colocações para que a sociedade saiba que este poder deve representar o povo. Nesse quadriênio, na minha visão, foi de um fraquíssimo desempenho.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua. – Obrigado, Deputado Erci. Peço que seja registrado o aparte do Deputado Erci em meu pronunciamento, pela função enquanto Corregedor e pela sua experiência de vida. E nesta Casa, onde o vi, por várias vezes, manifestando-se e cobrando o bom funcionamento desta Casa.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Deputado Sampaio, quero cumprimentar Vossa Excelência pela coragem de trazer esse assunto ao Plenário desta Casa. Quero dizer a Vossa Excelência, e aqui vou parafrasear o Ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele disse que tem o orgulho bom e o orgulho ruim. Eu tenho o orgulho bom de ser Deputado e estar aqui há quase quatro anos. Acredito, piamente, que cumpro o meu papel como Deputado Estadual. Estive presente em quase todas as Sessões desta Casa Legislativa, inclusive, na Comissão que presido a Comissão de Indústria, Comércio Serviços e Turismo desta Casa. Eu trouxe assunto para debater e discutir. Nós da oposição, e até Deputados da situação, lutamos bravamente contra esses desmandos como o do IPER. Deputado Flamarion foi implacável, usou a Tribuna e provou aqueles desvios. Estivemos contra a lei de terras que queriam aprovar aqui, ficamos até uma e meia da manhã. Essa lei de terras iria beneficiar pessoas que não são produtoras nem têm perfil de produtor, as quais, inclusive, compraram terras públicas de Roraima. Nós não deixamos essa lei ser aprovada nesta Casa. Vossa Excelência, inclusive, rasgou o Regimento Interno da Casa. Lutamos bravamente em favor do funcionário público, em favor do homem do campo. Estivemos presentes, lutando sempre em favor do povo, aprovamos bons projetos. Lutamos contra esses seguranças do ex-governador Anchieta, que queria sair aposentado e com segurança, lutamos contra e derrubamos. Portanto, quero dizer a Vossa Excelência que entendo o Poder Legislativo, que, apesar de harmônico com o Executivo, é independente. Este poder não pode nunca se agachar ao poder Executivo e a nenhum outro, não pode ser subserviente a nenhum outro poder. A Assembleia Legislativa tem um Presidente e Mesa Diretora, que têm, por obrigação, comandá-la e fazer

dela, sim, a caixa de ressonância da sociedade, atender a população, a demanda do povo, elaborar as leis e fiscalizar as aplicações dos recursos do Executivo. É esse o papel da Assembleia Legislativa, da Casa do Povo e de cada Deputado. Temos, sim, de cumprir o nosso papel. Acredito que podemos fazer muito mais. Como Vossa Excelência me citou, pois sou candidato à Presidência da Assembleia. Sou, sim, candidato à Presidente desta Casa. E digo para Vossa Excelência, que, jamais, independente de quem seja o governador, se Presidente for, irei me agachar, irei ser um braço do Executivo. Vamos ser sempre um braço do povo do Estado de Roraima para defender os seus direitos, como fui como Deputado os quatro anos e vou ser certamente. Isso eu não prometo. Eu garanto, aqui nesta Casa, independente de governo, serei um Deputado que vai lutar e trabalhar pelos direitos e garantias fundamentais do povo de Roraima. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua. – Obrigado, Deputado Brito, pela contribuição do seu aparte em meu pronunciamento. De fato, entendemos e lutamos para isso, acreditamos que, se nos reelegemos, temos o dever de acertar no ano que vem. Nós somos o primeiro mandato e havia aquele discurso o qual não fiz e nem farei para nenhum mandato. Deputado, aqui, independente de ter um, dois, três, é igual, temos de extirpar esse famigerado alto clero da Casa. Não é segredo para ninguém, os Deputados têm de serem tratados e valorizados de maneira igual. O Presidente, Corregedor, Secretário têm uma função dada por nós e têm responsabilidade a mais, porém, limita-se àquilo. Eles não podem sobrepor seus interesses políticos, individuais, sobre os demais Deputados. Aqui era uma Casa de maioria, agora, minoria, e para garantir isso, está aí os Deputados Brito Bezerra e Flamarion, a oposição minoria. Tivemos de criar fatos, situações constrangedoras para sermos ouvidos. Então, tem de se respeitar a minoria e respeitar o Deputado, seja ele de primeiro, ou segundo mandato e, acima de tudo, esta Casa tem de funcionar para atender o interesse da sociedade, mesmo que, para isso, tenha de contrariar interesse de Deputados ou do próprio Executivo. É isso que espero. Eu quero, de antemão, Senhora Presidente, protocolar a nossa proposta, que não é só minha, pedindo fim da reeleição da Mesa Diretora. Estamos propondo isso, Deputado Flamarion, conforme a Constituição. Sabemos que resolução aqui é muito mais fácil de aprovar, colocar e tirar. Queremos garantir na Constituição do Estado e queremos garantir no Regimento Interno através de Resolução. Quero que a Presidente dê por recebido o meu Requerimento e de vários Deputados para tramitar essa PEC ainda este ano. Pedir, em especial, aos Deputados que foram reeleitos, àqueles que não foram, mas têm compromisso com a nossa Casa e nosso povo, para que possamos votar ainda este ano essa proposta de PEC. Obrigado.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Não havendo mais orador, passamos para Ordem do Dia: discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 020/14, com apenso dos Projetos de Lei nº 047/14 e 058/14, que “altera a Lei Estadual nº 664/08, que dispõe sobre o Sistema de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria dos Deputados Gabriel Picanço, Remídio Monai e Rodrigo Jucá. Projeto de Decreto Legislativo nº 006/13, que aprova o relatório de atividades do exercício anterior e plano de metas para o exercício seguinte, da Junta Comercial do Estado de Roraima – JUCERR, apresentado pelo diretor-presidente, Senhor Clodezir Bessa Filgueiras, de autoria da Comissão Especial Externa, criada nos termos da Resolução nº 012/13. Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 016/2014, que “Altera dispositivo da Lei Complementar nº 003/1994, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Roraima”, de autoria do Ministério Público do Estado. Discussão e votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 009/14, que “Acresce §1º, 2º e 3º, ao art. 55, e art. 17-A à Constituição do Estado de Roraima”, de autoria do Deputado Brito Bezerra e vários Deputados. Substitutivo aos Projetos de Lei nº 020/14, de autoria do Deputado Gabriel Picanço; Projeto de Lei nº 047/14, de autoria do Deputado Remídio Monai; e Projeto de Lei nº 058/14, de autoria do Deputado Rodrigo Jucá, que “Altera e acrescenta dispositivos normativos à Lei Estadual nº 664, de 17 de abril de 2008 e suas alterações que “Dispõem sobre o sistema de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado de Roraima e dá outras providências”. Proposta de Moção de Repúdio nº 027/14, contra a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e contra o Coordenador-Geral da Frente de Proteção Yanomami, Senhor João Catalano, em face das declarações feitas à imprensa acerca do monumento ao garimpeiro, declarado pela Constituição do Estado e tombado como patrimônio histórico, turístico, social, artístico, ambiental e cultural, pertencente, portanto, à formação da sociedade roraimense.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que as Comissões em conjunto possam analisar e emitir parecer ao substitutivo aos Projetos de Lei nº 020/14, 047/14 e 058/14 e ao Projeto de Lei Complementar nº 016/2014.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Dou por reaberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura da Proposta de Moção de Repúdio nº 027/14, contra a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Coordenador-Geral da Frente de Proteção Yanomami, Senhor João Catalano.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – (Lida a Proposta de Moção de Repúdio nº 027/14).

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Em discussão. Não havendo nenhum Deputado que queira discuti-la, em votação. A votação será simbólica, os Deputados que concordarem com a Moção de repúdio nº 027/14 permaneçam como estão. Dou por aprovada.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 020/14 e o Parecer.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – (Lido o Projeto de Lei 020/14 e o Parecer).

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Em discussão a matéria.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, quero deixar claro a construção feita na Comissão conjunta do artigo 96, parágrafo 1º, no qual ficou acordado que os contratos para prestação de serviços de transportes escolar, realizado após regulado o processo licitatório, e terá duração de dois anos e meio ao invés de cinco anos, podendo ser prorrogado, com revisão semestral dos veículos.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Senhor Presidente, na verdade, esse projeto beneficia uma classe inteira, trabalhadores, pessoas do bem, que fazem sua parte todos os dias, que saem de suas casas, trabalham duro e, às vezes, o que ganham empata. Eu reuni parte desse segmento no início deste ano e no ano passado no meu escritório, pessoas ligadas ao transporte municipal. Naquele momento, conversava com parte dos integrantes de Pacaraima e parte dos integrantes do Bonfim. Naquela situação, Presidente, era uma parte que vinha sendo penalizada e se não tivesse sido enfrentada pelo autor da matéria, pelo Relator, essa classe hoje estaria, desfavoravelmente, em conflito com seus próprios interesses. Então, esta Casa demonstra amadurecimento para com reconhecimento a esses profissionais, esses trabalhadores que sabem dar valor ao que fazem e fazem com muita dignidade. Por essa razão, quero parabenizar esta Instituição e crer que a aprovação será por unanimidade dos Senhores Deputados aqui presentes. Obrigado.

O Senhor Deputado **Zé Reinado** – Senhor Presidente, eu o cumprimento mais uma vez e me associo às palavras do Deputado Jalser. Hoje, esta Casa discutiu três temas importantes e votará esse Projeto de Lei. A gente, de certa forma, demonstra um comprometimento dos membros deste poder, os quais lutam, trabalham, mesmo, às vezes não tendo o acompanhamento da sociedade. Quando a sociedade está presente, aqui representada pelas categorias dos transportes, há verdadeiros mensageiros dos atos e dos feitos. Eles têm uma frequência interna e externa durante todo ano, imaginária, de contato com pessoas que adentram seus carros e buscam informações. Hoje, não tenho dúvidas de que, ao saírem daqui, levarão consigo, pois são pessoas, pais de famílias que, como militares, às vezes, saem de casa sem saber se voltam. Em virtude da falta de segurança no trabalho que praticam, no seu dia a dia e, às vezes, nem saem de casa porque são abatidos pelos bandidos e levados para algum matagal distante, onde ceifam a vida de um pai de família que luta todo dia para criar seus filhos com dignidade. Buscaram nesta Casa, uma segurança por meio desse projeto de Lei que será aprovado agora para que possam trabalhar com mais tranquilidade, possam financiar seus carros, e transpor para seus herdeiros aquilo porque lutaram tanto durante anos de vida, melhorando, acima de tudo, a condição de transporte das pessoas de nosso Estado. Os nossos municípios estão fazendo uso desses transportes que geram emprego, renda e conforto para os familiares desses homens e mulheres que trabalham dentro do nosso Estado. Queremos encerrar o ano pedindo a Deus que as famílias desses homens e mulheres sejam abençoadas, protegidas. Muitos católicos usam até o santo protetor, que é São Cristóvão, santo dos motoristas. Os evangélicos têm sua crença em Deus, mas o que eles esperam é o que está sendo feito hoje por esta Casa, o reconhecimento, porque quem aqui está não tenha dúvida, teve o voto de cada um desses cidadãos que estão às nossas costas e nos apoiaram. Desejo a todos os familiares um feliz natal e próspero ano novo, com esta lei que será aprovada nesta Casa. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Não havendo mais nenhum Deputado que queira discutir, coloco-o em votação. A votação será nominal e eletrônica, nos termos do parágrafo 4º do artigo 232 do Regimento Interno. Comunico que os Senhores Parlamentares têm um minuto para, querendo justificar seu voto. Votando “sim”, os Deputados aprovam a Proposição e, votando “não”, rejeitam-no.

Solicito abertura do painel para votação.

O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** pede Justificativa de Voto - Quero aproveitar esse momento para agradecer a todos os Deputados que colaboraram e contribuíram na construção desse projeto, e dizer que para mim, foi um orgulho junto com o Deputado Gabriel Picanço e Deputado Remídio, ser autor dessa matéria. Tive muito orgulho de representar essa classe. Esse projeto sai muito melhor do que entrou, essa é a natureza do processo legislativo. Quero parabenizar a assessoria técnica, que, ontem, se empenhou o dia inteiro para estar com a proposta pronta hoje para ser votada. Agradeço a compreensão e empenho de todos os Deputados, Deputado Erci, que foi Relator da matéria, Deputados da oposição, que se uniram, enfim, a todos que estão aqui garantindo tal vitória para essa categoria. O meu voto é sim.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Dou por aprovado, em turno único, o Projeto de Lei 020/14, com apenso dos Projetos de Lei 047/14 e 058/14, por 17 votos “sim”, nenhum “não” e nenhuma abstenção.

Nossos cumprimentos a todas as categorias aqui representadas.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Decreto Legislativo 006/14 e Parecer da Comissão Especial Externa.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – (Lido o Projeto de Decreto Legislativo 006/14 e o Parecer da Comissão Especial Externa).

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede Questão de Ordem - Senhor Presidente, tinha sido acordada a votação, em segundo turno da PEC sobre a transição.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Senhor Presidente, gostaria de terminar de ler a matéria e pedir vistas do projeto, porque entendo que não há necessidade de se ver nada agora, até porque entrará um governo novo agora, acho que essas decisões, questões administrativas, poderão ser enfrentadas pelo próximo governo. Entendo desnecessário se fazer alguma coisa contra ou a favor de qualquer instituição, nesse primeiro momento. Eu pediria que retirasse de pauta, como pedido de vista verbalmente.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Acato o pedido verbal do eminente Deputado, ficando o Projeto de Decreto Legislativo 006/14 retirado de pauta.

Coloco em discussão a Proposta de Emenda à Constituição nº 009/14.

Não havendo nenhum Deputado que queira discuti-la, coloco em votação em segundo turno. A votação será nominal e eletrônica. Lembrando aos Senhores Deputados que a matéria precisa de 15 votos favoráveis. Votando “sim”, aprovam a Proposição e, votando “não”, rejeitam-na.

Solicito abertura do painel para votação.

Dou por aprovada, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 009/14, por 16 votos “sim”, nenhum voto “não”, e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei Complementar nº 016/14, Parecer e Emendas.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – (Lido o Projeto de Lei Complementar nº 016/14, Parecer e Emendas).

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 016/14.

O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** pede Questão de Ordem. - Senhor Presidente, para que a matéria não fique prejudicada, solicito a Vossa Excelência verificação de quórum.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário verificação de quórum.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Não há quórum Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Não havendo quórum para deliberar a matéria, transfiro o restante das matérias que constam na Ordem do dia para a próxima Sessão.

Passamos para Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Dhiego Coelho**. - Senhor Presidente, quero registrar a presença, nesta Casa do Presidente Nacional do PSPP, Jair Andrade, de sua esposa Ângela Andrade e do Presidente Estadual do PSPP do Estado do Amazonas, Nilson Satto, desejando-lhes as boas-vindas a este Estado.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão e convoco outra para o dia 16, à hora regimental.

Registraram a presença, no painel, os Senhores Deputados: **Ângela Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Jalser Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Soldado Sampaio e Zé Reinado.**

Ata Sucinta Aprovada em: 16/12/2014



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo

A Força do Povo
DO ESTADO DE RORAIMA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PRAÇA DO CENTRO CÍVICO, Nº 202, CENTRO

